

As Relações de Gênero, os Estereótipos e a Violência Simbólica no Mercado de Trabalho

Gender Relations, Stereotypes and Symbolic Violence in the Labor Market

Flaviani Souto Bolzan Medeiros(1); Simone Alves Pacheco de Campos(2)

1 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: flaviani.13@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7693-6919>

2 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: simone.campos@ufsm.br | ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9627-7677>

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 127-144, Janeiro-Junho, 2020 - ISSN 2237-7956

[Recebido: Agosto 20, 2019; Aprovado: Fevereiro 25, 2020; Publicado: Agosto 31, 2020]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2020.v10i1.3496>

Endereço correspondente / Correspondence address

Avenida Roraima nº 1000

Prédio 74C - Sala 4303

Cidade Universitária - Bairro Camobi

Santa Maria - RS - Brasil.

CEP 97105-900

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora-chefe: Giana de Vargas Mores

Editor Técnico: Wanduir R. Sausen

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

Mesmo com a evolução que a humanidade presenciou desde os tempos mais remotos, alguns entendimentos e concepções não seguiram o mesmo ritmo. Pode-se dizer que é o caso do que é 'ser homem' e do que é 'ser mulher' em termos conceituais, sociais e culturais pré-concebidos que continuam sendo os mesmos ao longo dos anos. Tratar de questões que versam sobre sexo, gênero e relações de gênero está no rol de assuntos em pauta na atualidade. Assim sendo, o objetivo deste ensaio é trazer uma discussão teórica acerca das relações de gênero, os estereótipos e a violência simbólica. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura para expor tais temas a partir da percepção de diferentes autores, em especial, das contribuições de Pierre Bourdieu. A principal contribuição deste trabalho reside na extrapolação da distinção entre os conceitos a respeito de sexo e gênero ao descrever a manifestação destas relações no mercado de trabalho, da simplificação almejada com os estereótipos e da violência simbólica, que reforça as relações de poder e de dominação (in)visível presentes na sociedade até os dias atuais.

Palavras-chave: Relações de gênero, Estereótipos, Relações de trabalho, *Habitus*, Violência simbólica

Abstract

Even with the evolution that humanity has witnessed since the most remote times, some understandings and conceptions did not follow the same pace. This can be said to be what it is to 'be a man' and what it is to 'be a woman' in preconceived conceptual, social and cultural terms that remain the same over the years. Dealing with issues related to sex, gender and gender relations are currently on the agenda. Thus, the aim of this essay is to bring a theoretical discussion about gender relations, stereotypes and symbolic violence. For this, a literature review was carried out to expose such themes from the perception of different authors, especially from the contributions brought by Pierre Bourdieu. The main contribution of this work is the extrapolation of the distinction between the concepts of sex and gender in describing the manifestation of these relationships in the labor market, the simplification aimed at stereotypes and the symbolic violence that reinforces the relations of power and domination (un)visible present in society to this day.

Keywords: Gender relations, Stereotypes, Work relationships, *Habitus*, Symbolic violence

1 Introdução

Atualmente, apesar de as mulheres cada vez mais estarem conquistando seus espaços nos mais variados setores da sociedade e no mercado de trabalho, continuam sofrendo com a questão do gênero em razão dos diferentes papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, o que compete a cada um nessa distinção previamente concebida. Além disso, existem certas características, bem como comportamentos esperados e até mesmo atividades (pré)julgadas, como sendo as mais adequadas e pertinentes para cada sexo.

Desse modo, cabe uma breve distinção entre sexo e gênero. Sendo assim, apresenta-se um esclarecimento trazido por Calás e Smircich (1999), ao lembrarem as primeiras teorias do feminismo liberal – que estavam preocupadas com a questão das desigualdades entre os ‘sexos’ – os autores comentam a que se refere o termo ‘sexo’, no caso, significava desigualdade entre duas categorias de pessoas, ou seja, masculino e feminino, identificadas por suas características biológicas. Os referidos autores citam que, posteriormente, a teorização fez uma distinção entre ‘sexo’ biologicamente definido e ‘gênero’ sociologicamente construído, esse último, como sendo um produto da socialização e vivência.

O conceito de gênero abrange as relações sociais entre os indivíduos, nas quais e pelas quais homens e mulheres são socializados de modos distintos, conduzindo-os tanto a assumir como a exercer diferentes papéis sociais e atividades profissionais na sociedade (Lima, Voig, Feijó, Camargo, & Cardoso, 2017). No presente ensaio teórico, as definições de gênero adotadas são as apresentadas por Scott (1995, p. 86): “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Contudo, apesar das devidas distinções entre sexo e gênero, a definição de ambos os termos por diferentes autores na literatura, por que ainda é tão recorrente essa busca por uma ‘classificação’ dos indivíduos na sociedade? Ademais, para se refletir sobre: será que pelo fato de ser homem ou mulher isso, automaticamente, já desqualificaria uma pessoa para determinadas funções na sociedade e/ou em uma empresa? Além disso, por que discutir abertamente sobre sexo e/ou gênero continua sendo um ‘tabu’ e causa estranhamento e desconforto? Por que não se pode falar abertamente sobre isso? Nota-se que são muitos os porquês já existentes, inquietantes e outros tantos que surgem, assim, teriam inúmeros questionamentos para um assunto ainda hoje polêmico.

Carlo e Bulgacov (2007) ressaltam que existe um entendimento de que as noções de gênero cabem quando se deseja atribuir características, direitos e responsabilidades distintas para homens e mulheres. A violência de gênero se manifesta e se reproduz de forma cultural através de comportamentos irrefletidos, aprendidos de modo histórico e social, em instituições como: igreja, escola, família e Estado, colaborando de modo direto para a opressão masculina sobre a feminina (Gomes, Balestero, & Rosa, 2016).

O mundo social, aos olhos de Pierre Bourdieu, articula-se de forma simultânea como um sistema de relações de poder e um sistema simbólico (Risso, 2008), de modo objetivo no campo e de modo subjetivo no *habitus* (Peters, 2013). Para Bourdieu, os agentes sociais se colocam e são colocados nos espaços sociais – campos – de acordo com o capital social, cultural, econômico e simbólico acumulados, o que evidencia um jogo tanto de dominação como de reprodução de valores (Lucas & Silveira, 2017).

No mercado de trabalho, a entrada das mulheres nesse campo é algo que esteve envolta por estereótipos relacionados ao gênero feminino – estipulando profissões julgadas como femininas – mas, nos dias de hoje, a mudança no estereótipo de gênero vem ocupando posição de debates (Figueiredo *et al.*, 2018). Chies (2010) destaca que existe uma segregação de gênero no mercado de trabalho e isso ocorre nas diferentes especialidades e profissões, cujos estereótipos são formados a partir de questões básicas, como no caso: ‘o que é esperado de uma mulher’ e, da mesma forma, ‘o que é esperado de um homem’.

Santos e Amâncio (2014) acrescentam que, além de menores remunerações destinadas às mulheres, a divisão persiste na valorização dos estereótipos e discriminações que afasta os homens de uma participação igualitária no trabalho doméstico, o que gera tensões para que a mulher consiga conciliar a sua vida profissional e os afazeres no âmbito doméstico (Colcerniani, D’Ávila Neto, & Cavas 2015).

Diante do exposto, este ensaio tem como objetivo trazer uma discussão teórica acerca das relações de gênero, os estereótipos e a violência simbólica, considerando para tal a exposição de diferentes autores, especialmente a partir das contribuições trazidas por Pierre Bourdieu. Cabe frisar que este ensaio dedica-se à questão do gênero, da desigualdade existente na relação entre homens e mulheres, sobretudo, no mercado de trabalho. Destarte, justifica-se a relevância do estudo por voltar-se com um olhar mais atento sobre os estereótipos e a violência simbólica que permeiam as interações entre os indivíduos. No trabalho, objeto de discussão do presente ensaio, é um debate que ainda mostra-se necessário na busca de uma nova configuração social com mais igualdade.

Para isso, os textos escolhidos tratavam de alguns conceitos abordados por Bourdieu (campo, *habitus* e violência simbólica), bem como aqueles que faziam menção ao gênero e aos estereótipos relacionados ao mercado de trabalho. Assim, foram desconsiderados materiais que remetiam a outros assuntos, tais como: violência psicológica no trabalho, violência familiar, estereótipos sociais associados à aparência, raciais. Portanto, não se delimitou um período de tempo para a coleta dos arquivos, tampouco, uma base de dados específica para a consulta das obras, uma vez que a intenção é apresentar, em uma visão abrangente, como as noções de gênero, a estereotipagem e a violência simbólica têm seus desdobramentos no âmbito profissional.

A escolha por Bourdieu deve-se pelo legado que deixou (Medeiros, 2013), visto que o autor mudou a forma como os pesquisadores da sociedade, da cultura e da

própria história em todo o mundo concebem e executam seus ofícios (Wacquant, 2002). A principal contribuição deste trabalho reside na extrapolação da distinção entre os conceitos a respeito de sexo e gênero ao descrever a manifestação dessas relações no mercado de trabalho, da simplificação almejada com os estereótipos e da violência simbólica que reforça as relações de poder e de dominação (in)visível presente na sociedade até os dias atuais.

2 Campo, *Habitus*: Exposição de Conceitos

Salvini, Souza e Marchi Junior (2012) salientam que Bourdieu organizou, ao longo da sua obra, um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas com o intuito de permitir uma investigação da sociedade em seus mecanismos estruturais mais profundos. Isto é, com o objetivo de vislumbrar o dissimulado, de trazer à luz a partir de um referencial teórico rigoroso e consistente, tanto comportamentos como configurações historicamente obscurecidas, ou seja, de mostrar os elementos ocultos de dominação que se formam nas relações sociais e preservam a estrutura das posições no interior dos mais diferentes campos de um modo mais conservador (Salvini *et al.*, 2012).

De acordo com Trigo (1998), tendo como ponto principal de suas análises a relação indivíduo e sociedade, Bourdieu buscou soluções ao paradoxo estipulado entre as teorias estruturalistas, cujo indivíduo estava ausente e outras concepções mais voltadas para o sujeito. Em outras palavras, buscando cessar com visões dicotômicas da realidade social, Bourdieu resgata o conceito de *habitus* que já havia sido utilizado por outros autores, como Marcel Mauss, Emile Durkheim e Max Weber, e vem a ocupar uma posição de destaque em sua obra, mostrando uma contribuição no sentido de procura, de uma síntese entre posições aparentemente excludentes entre o objetivismo estruturalista e o subjetivismo (Araújo, Alves, & Cruz, 2009).

Valle (2007) salienta que Bourdieu não negligenciou a questão da predisposição dos indivíduos – em razão do *habitus* – a agir de determinado modo, a buscar certos objetivos, bem como a cultivar determinadas preferências. Desse modo, quanto ao conceito, Bourdieu (2007, p. 190) define *habitus*:

(. . .) como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante.

É possível dizer que *habitus* constitui algo que é aprendido e produzido na sociedade e incorporado pelos sujeitos (Santos, 2007), como a incorporação de atitudes pelo sujeito em função das suas experiências oriundas do contexto social no qual está inserido (Bodart, Borba, Fernandes, Torres, & Frigulha, 2017). O *habitus* diz respeito a um conjunto particular de disposições socialmente adquiridas e aceitas de comportamentos que são propriedade única de um sujeito, contudo, propriedade adquirida, aprendida e compartilhada com os outros indivíduos que fazem parte do mesmo tipo de *habitus* (Fagundes, 2017). Nas palavras de Thiry-Cherques (2006, p. 34), *habitus*:

(. . .) contém em si o conhecimento e o reconhecimento das / regras do jogo/ em um campo determinado. O *habitus* funciona como esquema de ação, de percepção, de reflexão. Presente no corpo (gestos, posturas) e na mente (formas de ver, de classificar) da coletividade inscrita em um campo, automatiza as escolhas e as ações em um campo dado, 'economiza' o cálculo e a reflexão. O *habitus* é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências.

Nas suas interações, os indivíduos dotados da mesma formação coletiva têm a tendência de realizar suas ações em conformidade com as reações e expectativas geradas em torno de si mesmos (Silveira, 2006). Setton (2002) entende que refletir acerca da relação indivíduo-sociedade, tendo como base para tal, o *habitus* implica declarar que o individual, o pessoal e o subjetivo são, de modo simultâneo, sociais e coletivamente orquestrados. Assim, a relação mútua entre relação indivíduo-sociedade retrata a transformação que o *habitus* passa ao longo do tempo, em que nesse processo de continuidade e atualização, é o que permite o equilíbrio entre continuidade e mudança (Santos, 2015).

O *habitus* é um discernimento que ajuda a refletir acerca das características de uma identidade social, bem como de uma experiência biográfica, remete a um sistema de orientação por vezes consciente, por vezes inconsciente (Setton, 2002). Ademais, a autora supracitada acrescenta que o *habitus* pode ser entendido como uma matriz cultural, onde os indivíduos estão predispostos a realizarem suas escolhas. Entretanto, cabe ressaltar que o *habitus* não é destino (Bourdieu, 1983; Bourdieu, 1992; Bourdieu, 2005). A esse respeito, Santos (2015) destaca que através do *habitus* são estruturadas as práticas cotidianas dos indivíduos de acordo com as condições e a estrutura social de um determinado campo.

Peters (2013) esclarece que se entende por campo os espaços de relações objetivas entre agentes posicionados em uma distribuição desigual de recursos tanto materiais como simbólicos, ou seja, diversas formas de capital que se organizam de tal modo

socialmente eficiente para o exercício das relações de poder. Cada campo é estruturado de forma diferente no comparativo com outros, com uma lógica particular de operação, que organiza as inúmeras interações que nele ocorrem, estipulando objetivos que serão alcançados para que os agentes consigam manter ou incrementar suas posições em uma dinâmica regida pelas lutas concorrenciais naquele espaço (Brandão, 2010).

O *habitus* é criado na fase de socialização do indivíduo, incluindo desde o convívio familiar, sua primeira educação recebida, deslocando-se pela escola, religião, trabalho, ou seja, em todos os meios que vão auxiliar na formação do sujeito em um dado contexto social (Almeida, 2005). Desse modo, o *habitus* configura-se como um sistema de disposições individuais e o campo, por sua vez, com um sistema de relações objetivas onde, simultaneamente, estruturam o *habitus* e, de forma progressiva, reestruturam-se na medida em que ocorre o confronto entre *habitus* e situação (Albino, Cattabriga, Rezende, & Neiva, 2011).

No que tange ao *habitus* masculino, Bourdieu (1995) afirma que não se cria e não se efetiva senão em relação com o espaço destinado para tal, onde se jogam, entre homens, os jogos sérios da competição, sejam aqueles que remetem a jogos de honra – nesse caso, o limite seria a guerra – ou, sejam aqueles que proporcionam a *libido dominandi* em suas variadas formas, seja na esfera econômica, política, religiosa, artística, científica, entre outros campos de ação possíveis. Bourdieu (1995, p. 149) observa também a questão da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho:

A precedência masculina que se afirma na definição legítima da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho (nos dois casos, o homem aí ‘fica por cima’ enquanto que a mulher ‘se submete’), tende a se impor, através do sistema de esquemas constitutivos do *habitus*, enquanto matriz de todas as percepções, dos pensamentos e das ações do conjunto de membros da sociedade e enquanto fundamento indiscutido - já que situado fora das tomadas de consciência e do espírito crítico - de uma representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social. Longe de as necessidades de reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, pouco a pouco, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, em particular do corpo masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, notadamente na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão masculina da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, por isso, a toda a visão masculina do mundo.

Mereidos (2011) assinala para o quão é visível na obra de Bourdieu que o modo de estar no mundo se deve a um processo de pertencimento social – ou seja, o sujeito

é um coletivo encarnado, um social incorporado – logo, a relação do corpo com o mundo é, implícita e explicitamente, relacionada à imposição de uma representação do corpo. Desde o nascimento, o corpo assimila valores que estão presentes nas relações familiares e no grupo social em que convive, sendo que sobre essa inculcação ou assimilação inicial serão sobrepostas às demais, aquelas provenientes do ambiente escolar e das relações sociais nele possibilitado e, mais tarde, no mundo do trabalho e nos outros campos sociais que o sujeito frequentará, dependendo de inúmeras mediações (Janowski & Medeiros, 2018).

Carvalho (2004) atenta que a subjetividade de gênero, corporificada, isto é, estruturada de forma interna e manifestada em posturas masculinas ou femininas (experiência individual), é continuamente mantida e reforçada pela subjetividade da realidade social. Em outras palavras, por uma organização social que tem como base divisão de gênero (experiência histórica).

3 Relações de Gênero e o Mercado de Trabalho

Na gramática, conforme Scott (1995), o gênero é entendido como um modo de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções, e não uma descrição objetiva de traços inerentes, ademais, as classificações indicam uma relação entre categorias, fazendo com que sejam possíveis distinções ou agrupamentos. Nesse sentido, Carvalho (2004) endossa que o conceito de gênero está baseado na distinção entre sexo e gênero. Desse modo, define-se gênero como a construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo. Diz respeito a um conceito relacional, isso porque a masculinidade e a feminilidade estão definidas por uma mútua oposição, inserindo-se uma relação de poder (Carvalho, 2004).

Praun (2011) cita que o termo gênero, categorização construída pela sociedade, corrobora para acentuar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes. Vista como categoria analítica, Oliveira, Silva e Salva (2011) afirmam que o gênero possibilita que se estude o comportamento dos indivíduos a partir das diferenças sociais e culturais produzidas ao longo do tempo, as quais se tende a reproduzir. O gênero investiga as vivências dos indivíduos, indo além do critério biológico (Oliveira *et al.*, 2011).

O conceito de gênero adquiriu novos contornos e é usado não somente para diferenciar as categorias de homem e mulher, mas também com o intuito de investigar a dinâmica das relações sociais entre ambos, que vem a ser a responsável pela própria construção do gênero (Medeiros & Valadão Júnior, 2009). As relações de gênero estão baseadas em atribuições que são diferentes e assimétricas para os sexos masculino e feminino, sendo assim, tais relações são relações de poder e desigualdade, hipoteticamente controladas por um de seus componentes inter-relacionados, no caso, o homem (Bellin, 2008). Burckhart (2017) complementa que as relações de gênero são relações de poder que, por sua vez, geram a dominação.

O gênero é um elemento estruturante da sociedade, cujos reflexos são visíveis em qualquer nível de análise, e a maior parte da sua perpetuação, baseada na dominação masculina, é realizada através dos processos de socialização que afetam sentimentos, pensamentos, comportamentos e identidades dos indivíduos (Silveira, 2010).

No mercado de trabalho, em inúmeras profissões, a mulher sofre com a questão da desigualdade de gênero (Silva, Silva, & Santos, 2017). Existe um tipo de divisão social do trabalho, em que muitos previamente julgam o que deve ser feito pelo homem e o que é parte exclusiva dos afazeres de uma mulher. Nesse sentido, na visão de Yannoulas (2002), as relações de gênero no mercado de trabalho se organizam de três modos:

- a. divisão sexual horizontal do mercado de trabalho: quando não são extensões diretas das atividades domésticas, necessitam de qualidades que são incentivadas na fase de socialização das meninas (como paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza);
- b. divisão sexual vertical do trabalho: o trabalho feminino coloca as mulheres em um grupo que está em desvantagem em relação ao trabalho masculino (no que se referem aos salários, cargos e condições de trabalho). Pesquisas apontam que as mulheres precisam ter um requisito a mais que os seus colegas de profissão homens para ocupar o mesmo posto no mercado de trabalho;
- c. pirâmide ocupacional baseada em gênero: o efeito da combinação da divisão vertical e horizontal do trabalho pode ser constatado em setores nos quais a presença de mão de obra feminina é maior, contudo, os cargos hierarquicamente superiores são ocupados preferencialmente por homens (como é o caso dos setores de saúde e educação).

Além disso, Sousa e Guedes (2016) argumentam que a divisão do trabalho oriunda das relações sociais de gênero destinou às mulheres o campo reprodutivo e aos homens o campo produtivo, determinando uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz de forma concomitante as desigualdades, tanto de papéis como de funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos mostram-se desiguais, bem como hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um em contraponto com a supremacia do outro (Sousa & Guedes, 2016).

Os autores supracitados reforçam que a divisão do trabalho que se estipulou entre os sexos conferiu a mulher o cuidado do lar – função esta, quando não invisível, julgada como de baixo valor social – já a produção material destinada aos homens, é atividade tida como de prestígio e que lhe rende poder dentro da sociedade. Todavia, Safiotti (2013) relata que as próprias mulheres, em sua maioria, têm de si mesma uma imagem do qual um componente básico refere-se a um destino social já definido pelo sexo. Logo, não somente o empregador legitima salários inferiores ao sexo feminino, mas a própria mulher que, insegura em um mundo em que ela se vê como uma variável

a ser manipulada em conformidade com a situação, no qual não compete a ela nenhum poder de decisão, assim, a mesma ‘joga’ com essa desvantagem (de ser mulher) e mantém seu foco em planos pouco ambiciosos (Safiotti, 2013).

4 Os Estereótipos e a Violência Simbólica

Em busca de simplificar a relação de gênero, uma iniciativa visível é a estereotipagem, isto é, simplificações usadas como uma espécie de atalho, que são criadas previamente acerca de um determinado indivíduo. De modo amplo, um estereótipo seria um ‘tipo social’, uma representação comum colocada em circulação, todavia, não necessariamente corresponde à realidade: ela existe apenas enquanto uma representação social de um dado real (Brito & Bona, 2014).

Conceitualmente, Mesquita Filho, Eufrásio e Batista (2011) explicam estereótipo como um processo de formação de impressão que consiste em um conjunto de avaliações tanto afetivas, morais, como instrumentais, criadas em relação a alguém. Na acepção de Leal, Miranda, Araújo e Borges (2012), pode ser entendido como uma imagem simplificada, a percepção acerca de um grupo que possui dadas qualidades, características ou contexto utilizado para generalizar julgamentos em torno de pessoas. Quanto ao estereótipo de gênero, D’amorim (1997) esclarece que refere-se ao somatório de crenças sobre os atributos pessoais, julgados como apropriados ao homem e à mulher, sendo esse sistema de crenças individuais ou compartilhadas.

Em outros termos, entende-se como o conjunto de crenças acerca do que representa ser homem ou mulher, englobando informação a respeito da aparência física, atitudes e interesses, bem como remete a traços psicológicos, às relações sociais e às atividades profissionais (Sales-Oliveira, Villas-Boas, & Las-Heras, 2016). Os estereótipos criam expectativas nas pessoas que, por sua vez, influenciam a percepção, a formação de impressões e o julgamento social (Pereira, 2008).

Oliveira, Jesus, Arruda, Cunha e Araújo (2010) descrevem que os estereótipos e preconceitos têm relação com a categorização social, pois acontece quando, ao invés de se pensar a respeito de um indivíduo como uma pessoa única, pensa-se nele como parte integrante de um grupo e, ao categorizá-lo, são elencados pensamentos e sentimentos acerca dessa categoria. Os autores acrescentam que esses pensamentos seriam o que se denomina de estruturas cognitivas, as quais se intitulam estereótipos, que são os componentes cognitivos que, em conjunto com os sentimentos, geram os preconceitos.

Ao longo do tempo, ideações culturais e sociais estereotiparam a mulher de diferentes modos, seja no que se refere à profissão, seja no que tange à vida pessoal (Silva, 2017). Por um lado, nas relações de trabalho estes estereótipos definem o que, socialmente, deveria ser realizado por um homem e o que é serviço de mulher. Por outro lado, a estereotipagem vai além das relações de trabalho e se faz presente também em casa, no próprio núcleo familiar e na convivência social.

Em geral, a trajetória de vida de uma mulher é diferente da de um homem em decorrência da lógica de participação social distinta para cada gênero, isto é, do estabelecimento de papéis sociais diferenciados para homens e mulheres e da atribuição tanto de características como de funções diferentes para ambos (Borges, 2013). A visão dominante da divisão sexual apresenta-se em inúmeros discursos, tais como: em ditados, provérbios, enigmas, contos, poemas, representações gráficas (Bourdieu, 1995).

De acordo com Bourdieu (1995), se tal divisão aparenta estar 'na ordem das coisas', como quando se comenta algumas vezes para se referir aquilo que é normal, natural, como sendo algo inevitável, isso ocorre porque ela está presente, em estado objetivado, no mundo social e, além disso, em estado incorporado, nos *habitus*, funcionando com uma espécie de princípio universal, tanto de visão como de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação.

Ademais, Bourdieu (2002) acrescenta que a ordem social atua como uma espécie de máquina simbólica, que se inclina de forma a ratificar a dominação masculina através da qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, organizada de modo estrito acerca das atividades que competem a cada um dos dois sexos, de seu local, momento, e instrumentos. Bourdieu (2002, p. 18-20) reflete que:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença anatômica (. . .), pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (. . .). Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

Destarte, Serrano-Barquín, Serrano-Barquín, Zarza-Delgado e Velez-Bautista (2018) observam que o corpo tem uma representação simbólica na construção dos

estereótipos, dado que os indivíduos idealizam algo que estabelece determinadas atitudes e valores através dos quais eles mesmos se adaptam e agem em conformidade com tal, e isso fornece sentido às suas ações. De modo geral, a dominação é algo não evidente, como também não explícita, porém, ela é sutil e violenta (Thiry-Cherques, 2006).

A violência simbólica é tida como legítima dentro de cada campo, como sendo intrínseca do sistema e ela – doce e mascarada – exerce-se com a cumplicidade do indivíduo que a sofre, das suas próprias vítimas (Thiry-Cherques, 2006). Complementarmente, Silva e Oliveira (2017) salientam que define-se o termo violência simbólica pelas relações de poder que se desenvolvem entre sujeitos – e/ou instituições – que se estabelecem em sistemas/estruturas de poder, que se transformam em instrumentos no sentido de garantir que uma determinada classe domina outra. Sobre essas relações de dominação, Bourdieu (1989, p. 11) descreve que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

A violência simbólica é a coerção que se estabelece por intermédio da aceitação que o dominado não consegue ser capaz de deixar de conceder ao dominante (desse modo, à dominação), quando possui somente, para pensar na sua relação com ele, instrumentos de conhecimento que são partilhados entre si e isso faz com que tal relação pareça algo natural, em razão de ser, o modo incorporado da estrutura da relação de dominação (Bourdieu, 2001).

Em outras palavras, a violência simbólica diz respeito a um mecanismo usado de modo sutil pela classe dominante, com o intuito de legitimar determinadas crenças, comportamentos e tradições, por sua vez, a classe dominada – que acaba reproduzindo tais estruturas inconscientemente – legitimam esta imposição, que lhes foi dada ao pensar que as mesmas são inevitáveis, ou, até mesmo, como sendo naturais (Tiradentes, 2015). Reina (2015) comenta que várias vezes a violência simbólica tem início na própria família – como instituição socializadora – ao incentivar práticas que caberiam ao sexo masculino e ao sexo feminino, proibindo ou desestimulando condutas que julgariam contrárias a tais modelos.

Silva e Taveira (2012) mencionam que as normas que regem a imagem feminina ou masculina tornam-se uma força poderosa na fase de socialização das crianças,

cujos mecanismos, através dos quais elas aprendem sobre os estereótipos de gênero e desenvolvem características típicas desses, abrangem, dentre outros, o reforço e a punição, a adoção de regras, a generalização com base na observação dos outros e na educação recebida. Logo, pensar em estereótipos como marcas cristalizadas no contexto de uma sociedade é reexaminar como a prática social cria as representações sociais de gênero, mesmo apesar da sua multidimensionalidade (Caminha & Ferreira, 2015).

O fato é que, conforme Recuero e Soares (2013), a violência simbólica possui um papel na questão da reprodução dos estereótipos e dos estigmas sociais. Os estereótipos e a violência simbólica estão entrelaçados em um mecanismo que, ao que tudo indica, tem como objetivo manter essa relação de dominado e dominante como uma espécie de naturalização das relações de poder na sociedade como um todo.

Ademais, a violência simbólica está inserida no contexto das relações de gênero. É sabido da ideia que se tem de ‘inferioridade’ da mulher em relação ao homem (Ferreira Júnior, 2018). O que se quer é mostrar a superioridade de um em contraponto à inferioridade do outro. Da mesma forma, a imagem negativa criada via estereotipagem, a fim de denegrir aquele que pertence ao grupo oposto, reforça as situações de opressão e violência imposta pela dinâmica do jogo, alinhada com os interesses presentes em cada campo e reforçada pelo *habitus*.

5 Considerações Finais

Ao se discutir sobre sexo e gênero é necessário sair da simples distinção entre ambos os conceitos e ter um olhar crítico, plural, apurado e aberto acerca das suas múltiplas facetas na relação do dominante e do dominado. Isso porque, além da violência simbólica aqui abordada, existe também uma violência doméstica, uma violência física, uma violência psicológica, entre outras violências na qual as mulheres estão sujeitas e sofrem nas suas relações, seja em casa, no trabalho, etc.

No mercado de trabalho, embora com a mesma qualificação profissional e, por vezes, até com melhores níveis de escolaridade, não são raros os casos em que as mulheres recebem uma remuneração menor no comparativo com o salário oferecido aos homens. Logo, pode-se dizer que o *habitus* naturalizado no mercado de trabalho nos mais variados campos de atuação apresenta distorções, que vem sendo cada vez mais discutidas na sociedade, pois se estrutura sob a forma de relações desiguais entre homens e mulheres.

Na maioria das vezes, o reconhecimento profissional é algo destinado ao homem e à mulher compete um papel secundário, de baixo prestígio independentemente do destaque que venha a obter no seu campo de atuação, com profissões tidas como as mais recomendadas ao gênero. Desse modo, o que poderia ser pensado, ao invés de uma simplificação em razão do sexo ou gênero, é o que cada um – em conformidade com as suas capacidades e habilidades – estaria mais apto a realizar.

O poder está presente nas relações sociais, seja em casa, no trabalho, entre amigos, etc. No mercado de trabalho, embora com o aumento da participação das mulheres, histórica e culturalmente, a divisão das tarefas reservou às mulheres as atividades dentro do lar (domínio privado) e aos homens as atribuições fora de casa (domínio público). Além disso, a autoridade masculina é vista como sendo natural na sociedade e as mulheres, por sua vez, devem se submeter a tal autoridade e a situação de dominação existente como uma espécie de cúmplice da sua própria subordinação.

Destarte, o que persiste e insiste faz parte de um processo que ao longo da história é renovado em uma relação de poder entre o dominante (homem) que determina e impõe as regras do jogo e o dominado (mulher) que, na maioria das vezes, segue sem entrar em pormenores. Seria necessária uma mudança cultural do que vem sendo construído desde quando se é criança: por exemplo, o processo de socialização dos filhos é conduzido de maneira diferente para meninos e meninas dentro do que é julgado como socialmente aceito para cada sexo.

Por sua vez, quando adulto, o que se vê é uma replicação do que já vinha sendo praticado na infância. Portanto, há essa separação e distanciamento desde muito cedo e que, mais tarde, gera todo esse enfrentamento e disputas, que ao invés de ser uma 'soma' acaba por 'diminuir' o outro em razão do seu sexo e/ou gênero. Mas, para começar, na esfera privada, já está valendo quando uma mudança que se quer pode e deve ter início em cada indivíduo por meio de suas iniciativas e ações, mesmo que elas sejam difíceis e encontrem as mais variadas resistências ao longo do caminho.

Ademais, na esfera pública, políticas de valorização às mulheres com incentivos para uma participação, de fato, mais efetiva nos processos decisórios em cargos de maior hierarquia nas empresas e instituições públicas, bem como leis que contribuam para a melhoria das condições no mercado no que concerne à discriminação por gênero seja no processo seletivo (como na ocasião da entrevista) seja, posteriormente, no local de trabalho na relação com os demais colegas de profissão, superiores, etc.

Em termos práticos, é nítido que existem dificuldades e barreiras para fins de aceitação de que mudanças precisam acontecer, e mais, que elas são necessárias. O que se espera é uma nova configuração, na qual o respeito deveria, em tese, falar mais alto para não vermos outras tantas situações e repetições de violência nas suas mais variadas formas, que tem por objetivo manter esta relação de poder e de superioridade em relação ao sexo feminino.

Referências

- Albino, J. C. de A., Cattabriga, C. L., Rezende, O., & Neiva, R. C. S. (2011). Sujeitos estrategistas, suas escolhas, decisões e estratégias. *Anais do Encontro da Anpad*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Almeida, L. R. da S. (2005). Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. *Revista Inter-Ação*, 30(1), 139-155.
- Araújo, F. M. de B., Alves, E. M., & Cruz, M. P. (2009). Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu. *Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia*, 1(1), 31-40.
- Bellin, G. (2008). Estereótipos de gênero no livro didático de língua estrangeira. *Revista X*, 2, 81-89.
- Bodart, C. das N., Borba, C. P., Fernandes, A. de A., Torres, K. R., & Frigulha, S. (2017). Discutindo relações de gênero entre discentes e docentes a partir das colaborações de Simone de Beauvoir e Pierre Bourdieu. *Revista Foco*, 10(1), 24-43.
- Borges, C. de C. (2013). Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 71-81.
- Bourdieu, P. (1983). *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1992). *Reponses – pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1995). A dominação masculina. *Educação & Realidade*, 20(2), 133-184.
- Bourdieu, P. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2005). Habitus. In: Hillier, J., & Rooksby, E. (Orgs.). *Habitus: a sense of place*. Londres: Ashgate Publishing Co.
- Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Brandão, Z. (2010). Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Educação e Pesquisa*, 36(1), 227-241.
- Brito, D. L., & Bona, F. D. (2014). Sobre a noção de estereótipo e as imagens do Brasil no exterior. *Revista Graphos*, 16(2), 15-28.
- Burckhart, T. (2017). Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do Direito. *Revista Direito em Debate*, 26(47), 205-224.
- Calás, M. B., & Smircich, L. (1999). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas nos estudos organizacionais. In: Clegg, S., Hardy, C., & Nord, D. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas. p. 275-329.
- Caminha, T., & Ferreira, D. M. M. (2015). Estereótipo de gênero e multidimensionalidade: da exclusão à resistência. *Revista Desempenho*, 1(24), 1-18.

- Carlo, J. de, & Bulgacov, Y. L. M. (2007). Noções de “trabalho feminino” no chão de fábrica de uma empresa líder no setor de eletrodomésticos. *Revista Psicologia*, 7(1), 107-130.
- Carvalho, M. E. P. de. (2004). Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. *Revista Ártemis*, 1(1), 1-14.
- Chies, P. V. (2010). Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 507-52.
- Colcerniani, C. B., D’ávila Neto, M. I., & Cavas, C. de S. T. (2015). A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 18(2), 169-180.
- D’amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 5(3), 121-134.
- Fagundes, G. de A. (2017). Algumas reflexões em torno dos conceitos de *habitus*, campo e capital cultural. *Revista Café com Sociologia*, 6(2), 103-123.
- Ferreira Júnior, A. P. (2018). Gênero e violência simbólica: um estudo introdutório sobre o ser da mulher e os papéis construídos em sociedade. *Sapere Aude*, 9(17), 309-318.
- Figueiredo, M. de O., Zambulim, M. C., Emmel, M. L. G., Fornereto, A. de P. N., Lourenço, G. F., Joaquim, R. H. V. T., & Barba, P. D. (2018). Terapia ocupacional: uma profissão relacionada ao feminino. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 25(1), 115-126.
- Gomes, R. N., Balestero, G. S., & Rosa, L. C. de F. (2016). Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. *Libertas*, 2(1), 11-34.
- Janowski, D. A., & Medeiros, C. C. C. de. (2018). Corpo social e capital corporal: considerações a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Problemata*, 9(2), 283-293.
- Leal, E. A., Miranda, G. J., Araújo, T. S., & Borges, L. F. M. (2012). Estereótipos na profissão contábil. *Anais do Encontro da Anpad*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Lima, F. I. A. de, Voig, A. E. G. T., Feijó, M. R., Camargo, M. L., & Cardoso, H. F. (2017). A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 33-50.
- Lucas, E. R. de O., & Silveira, M. A. A. da. (2017). *A ciência da informação encontra Pierre Bourdieu*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Medeiros, C. C. C. de. (2013). Pierre Bourdieu, dez anos depois. *Educar em Revista*, 47, 315-328.
- Medeiros, C. R. de O., & Valadão Júnior, V. M. (2009). Masculinidade e feminilidade na AMEAS: holograma, ilhas de claridade ou uma selva desconhecida?. *Anais do Encontro da Anpad*, São Paulo, SP, Brasil.
- Mereidos, C. C. C. de. (2011). Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Movimento*, 17(1), 281-300.

- Mesquita Filho, M., Eufrásio, C., & Batista, M. A. (2011). Estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos. *Saúde e Sociedade, 20*(3), 554-567.
- Oliveira, K. de, Silva, E. S. da, & Salva, S. (2011). Relações de gênero e educação. *Sociais e Humanas, 24*(2), 101-110.
- Oliveira, L. L. de, Jesus, D. C. A. de, Arruda, M. A. de L., Cunha, M. C. da, & Araújo, R. M. (2010). Estereótipos de gênero em adolescentes: uma análise da influência escolar sobre a formação, manutenção e mudanças dos estereótipos. *Interação em Psicologia, 14*(2), 205-219.
- Pereira, M. E. (2008). Cognição, categorização, estereótipos e vida urbana. *Ciências & Cognição, 13*(3), p. 280-287.
- Peters, G. (2013). *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28*(83), 47-71.
- Praun, A. G. (2011). Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus, 1*(1), 55-65.
- Recuero, R., & Soares, P. (2013). Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da *fanpage* “Diva Depressão”. *Galáxia, 26*, 239-254.
- Reina, F. T. (2015). A eternização da dominação masculina na trajetória de vida de bailarinos e jogadoras de futebol e a prática pedagógica no interior da escola. *Revista Educação e Cultura Contemporânea, 12*(27), 199-211.
- Risso, C. de A. (2008). Gosto é discutível: uma reflexão sobre o acúmulo de bens simbólicos. *Matrizes, 2*(1), 252-256.
- Safiotti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Sales-Oliveira, C., Villas-Boas, S., & Las-Heras, S. (2016). Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educación Superior, 7*(19), 22-41.
- Salvini, L., Souza, J. de, & Marchi Junior, W. (2012). A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 26*(3), 401-10.
- Santos, G. F. de L. (2015). *Jogo e civilização: história, cultura e educação*. Londrina: Eduel.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Sobreminorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. *Análise Social, 3*(212), 700-726.
- Santos, P. S. M. B. dos. (2007). A aplicabilidade dos conceitos bourdieunianos de *habitus* e campo em uma pesquisa na área da história da educação. *Dialogia, 6*, 49-54.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade, 20*(2), 71-99.
- Serrano-Barquín, C., Serrano-Barquín, H., Zarza-Delgado, P., & Velez-Bautista, G. (2018). Estereótipos de gênero que fomentam a violência simbólica: nudez e cabelos. *Revista Estudos Feministas, 26*(3), 1-14.

- Setton, M. da G. J. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70.
- Silva, A. D., & Taveira, M. do C. (2012). Educação e desenvolvimento de carreira das mulheres. *Ex aequo*, 25, 165-178.
- Silva, D. J. M. (2017). *Mulheres na contabilidade: os estereótipos socialmente construídos sobre a contadora*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Silva, D. J. M., Silva, M. A. da, & Santos, G. C. dos. (2017). Estereótipos de gênero na contabilidade: afinal como a mulher contadora é vista? *Anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Silva, L. F. da, & Oliveira, L. de. (2017). O papel da violência simbólica na sociedade por Pierre Bourdieu. *Revista FSA*, 14(3), 160-174.
- Silveira, I. T. (2006). Sociedade, educação e família. *Revista Histedbr On-line*, 22, 180-193.
- Silveira, N. S. P. da. (2010). *Mulheres gerentes: construindo as identidades de gênero no trabalho*. Tese de doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.
- Sousa, L. P. de, & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-140.
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40(1), 27-55.
- Tiradentes, A. R. (2015). Violência simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. *Revista Eletrônica do Curso de Direito – PUC Minas Serro*, 12, 33-48.
- Trigo, M. H. B. (1998). *Habitus, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu*. *Cadernos Ceru*, 9, 45-55.
- Valle, I. R. (2007). A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. *Educação e Pesquisa*, 33(1), 117-134.
- Wacquant, L. J. D. (2002). O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, 19, 95-110.
- Yannoulas, S. C. (2002). *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA.